

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Resumo

Assumindo como íntimas as relações entre natureza e política, o presente texto se dedica a pensar sobre as narrativas e os processos pelos quais certas cosmopolíticas se relacionam no contexto de uma época geológica do Antropoceno. Partimos de notícias que indiciam uma atual conjuntura de crise climática, catástrofe planetária e fim de mundo para apresentar, inicialmente, uma discussão sobre verdade e negacionismo em relação a uma ética ficcional. Em seguida, com o intuito de valorizar a composição como estratégia para deslocar a centralidade de alguns saberes herdeiros da modernidade, reunimos as perspectivas de vertente ecológica, ameríndia e amefricana para refletir sobre a incidência desta problemática no cenário brasileiro.

Palavras-chave: cosmopolítica; antropoceno; ecologia; perspectivismo ameríndio; amefricanidade.

Lúcia Karam Tietboehl

Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, - UFRGS. Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Brasil

luciakt@gmail.com

lattes.cnpq.br/7269215414238004

orcid.org/0000-0002-5811-5623

Léo Karam Tietboehl

Mestre em Psicanálise Clínica e Cultura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Doutorando em Teoria

Psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ.

Brasil

leokt2@gmail.com

lattes.cnpq.br/0308361277275096

orcid.org/0000-0003-2416-6649

Para citar este artigo:

TIETBOEHL, Lúcia Karam; TIETBOEHL, Léo Karam. Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0201, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0201>

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

Weaving stories for postponing the end of the world: communal strategies to name, decentralize and put modernity in perspective

Abstract

Assuming the intimate relations between nature and politics, this text analyzes the narratives and processes by which certain cosmopolitics relate in the geological epoch of the Anthropocene. Departing from recent news of a “climate crisis”, or “planetary catastrophe”, or “end of the world”, we present initially an a discussion about truth and denialism, relating it to a fictional ethics. Subsequently, aiming to emphasize composition as a strategy for shifting the centrality of certain knowledges which roots are set in modern paradigms, we gather the perspectives from ecological, american and amerindian ways of thinking, in order to reflect about the incidences of such problems in a Brazilian context.

Keywords: cosmopolitics; anthropocene; ecology; amerindian perspectivism; amefricanity.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

1 Introdução

O cenário brasileiro no ano de 2021, assim como na sua virada para 2022, foi marcado por diversos eventos ambientais adversos e concomitantes. A ruptura a que eventos desse tipo conduzem, no que diz respeito a um conceito de natureza, bem como à frustração de uma expectativa de equilíbrio na relação dessa natureza com uma agência humana, fizeram com que tais eventos merecessem o adjetivo de *históricos*. Dentre eles, poderíamos citar as enchentes que causaram a morte de dezenas de pessoas e a grave destruição em algumas cidades no sul da Bahia e no norte de Minas Gerais (ANGELI; BERNARDES, 2021); a seca no Pantanal que implicou em prejuízos severos aos peixes do bioma (ESPECIALISTAS ALERTAM PARA SECA HISTÓRICA NO PANTANAL, 2021) e a seca que assolou o contexto agrário do Rio Grande do Sul (GALVANI; CANDAL, 2022). A recorrência cada vez mais frequente de efeitos desse tipo, cuja repercussão evoca também um cenário global preocupante de mudanças climáticas, dá um novo caráter de visibilidade para as relações entre o planeta Terra e a agência humana.

Somados a essas catástrofes, há ainda eventos políticos que também tornam cada vez mais evidentes as tensões que se acirram no que tange ao tema das questões ambientais. Citando apenas acontecimentos desenrolados no Brasil durante o ano de 2021, poderíamos evocar a proposta legislativa do então presidente Jair Bolsonaro que conferia prioridade para liberação de exploração da mineração em terras indígenas (RODRIGUES, 2021); os projetos de leis que permitiram a liberação do uso de centenas de agrotóxicos até então proibidos em solo brasileiro (BOHRER, 2021) e o escândalo relacionado à COP 26, que envolveu a omissão de dados, por parte da delegação representante do governo federal, no que diz respeito ao recorde histórico de desmatamento na Amazônia (DANTAS, 2021).

A condição alarmante e problemática dos eventos que relembramos aqui implica em repercussões no campo da ciência e dos estudos da natureza, mas também no campo da política. Este texto reúne esses campos com o intuito de dar mais força a um argumento e mais materialidade a uma sensação que podem, ambos, ser traduzidos pela seguinte constatação: a Terra está mudando e as condições para a vida também não são

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

mais as mesmas. Assumindo tal proposição, resta discutir os agentes e as modalidades dessa mudança.

É com essa problemática em mente que Isabelle Stengers explora o conceito de Gaia, em sua obra intitulada *No Tempo das Catástrofes* (STENGERS, 2015). Ele é introduzido e trabalhado por James Lovelock e Lynn Margulis (1974) ainda na década de 1970 com o intuito de entender nosso planeta Terra como um sistema sinérgico e autorregulatório – o qual se reorganiza e se adapta a eventuais mudanças em seus fluxos e suas formas de vida com os fins de garantir uma manutenção do seu funcionamento.

Relacionando essas reflexões com acontecimentos como os que apresentamos no início deste texto – e que de uma ou outra forma se associam a uma conjuntura de crise climática –, Stengers nos propõe uma retomada desse conceito de Gaia a partir da lógica da *intrusão*. É tensionando as possibilidades de uma cosmovisão moderna, muito preocupada em definir os limites do que seria acessível ao pensamento racional humano, que a autora aponta para movimentos de catástrofe enquanto exemplos de um processo de *intrusão de Gaia*. À revelia da expectativa de um pensamento racional, a intrusão aparece aqui para indicar um funcionamento que foge de qualquer explicação humana; pelo contrário, na leitura da autora as agências de Gaia se dão de forma indiscriminada, sem nenhuma intenção vingativa ou qualquer tipo de apego a determinada forma de vida específica, humana ou não humana. A perspectiva *ecosófica*¹ que esse entendimento evoca leva à reflexão sobre como – à revelia de uma expectativa racional de *controlar* o ambiente – há uma agência do planeta que escapa às previsões e lógicas humanas de explicação do mundo em seu funcionamento.

Ainda que não esteja em curso uma vingança de Gaia contra a humanidade, suas reações sugerem que sua busca por uma autorregulação torna diferentes (para não dizer inóspitas) algumas das condições para a permanência da vida humana como parte constituinte desse sistema coeso. Nesse sentido, encarar os apontamentos de Stengers a

¹ Aqui, queremos referir uma vertente que se associa à publicação de *As Três Ecologias* (GUATTARI, 1990). Neste breve tratado, três ecologias (subjetiva ou mental, social e do meio ambiente) são reunidas para associar as problemáticas de uma variação dos regimes biológicos da Terra a outras, do campo da ética e da política. A tarefa se desempenha com o intuito de constituir as direções do modelo prático-especulativo que Guattari define como *ecosofia*.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

respeito da catástrofe é, por um lado, perceber as relações entre o campo do humano e o que escapa a essa delimitação e, por outro, assumir a necessidade inevitável de novas tomadas de posição frente ao campo problemático/de ação que emerge como questão central do contemporâneo.

Por tais vias, percebemos uma necessidade de que não só consideremos, mas que também nos deixemos afetar pela iminência do que outras autorias optaram por definir como *fim do mundo*. Tal perspectiva evidencia a hibridez que borra as fronteiras entre o que poderíamos supor como “natural” ou então “político”. É para tal intrinsecabilidade que Bruno Latour apontará em *Políticas de Natureza* (LATOURE, 2019). Debruçado sobre o jogo de relações entre uma produção científica e as suas repercussões em um campo de discussão do comum, o autor proporá uma reflexão a partir da ideia de *ecologia política*².

Política; natureza. Tais são os caracteres imbricados em uma problemática complexa, que nos leva também a outras importantes questões: *como narramos histórias – e, portanto, ficcionamos o mundo – e quais modos de relação com a verdade estão em jogo nessa era de catástrofes? Quais os desafios e deslocamentos necessários nesse sentido – e por onde podemos encontrar pistas que apontem para caminhos que façam jus a todas as complexidades que compõem este campo problemático? Como tramar outras histórias, constituídas a partir de perspectivas de comum, e assim tomar parte de maneira mais potente nas disputas que passam a se tornar inevitáveis? São essas as questões que movem a presente escrita e com as quais buscaremos nos exercitar nas seções a seguir.*

2 Negar o fim do mundo; pensar a verdade

Em seu relato autobiográfico intitulado *A Queda do Céu* (KOPENAWA, 2015), o xamã Davi Kopenawa nos oferece um testemunho do pensamento e da perspectiva Yanomami cuja transmissão implica também em uma denúncia da destruição a que a

² Já na introdução do texto, ele dirá: “este livro levanta a hipótese de que a ecologia política não abrange tudo sobre ‘a natureza’ – esta mistura de política grega, de cartesianismo francês e de parques americanos. Digamos isto brutalmente: *com a natureza, não há nada a fazer*” (LATOURE, 2019, p. 16-17, grifos do autor). Em seguida, dirá: “neste livro, trata-se simplesmente de tornar a perguntar a si mesmo – talvez só para si – o que a natureza, a política e a ciência têm a fazer em conjunto” (LATOURE, 2019, p. 18-19).

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

intervenção branca submete a floresta amazônica e, por extensão, o planeta. Seu argumento mostra, por um lado, a responsabilidade que ele e outros xamãs operam na manutenção desse mundo, já que, na relação com os *xapiris* (espíritos da floresta), são eles as figuras que sustentam a permanência do céu sobre nossas cabeças; por outro, evidencia ainda o que podemos caracterizar como uma espécie de análise antropológica³ – em que a “alteridade” é o próprio branco – dos modos como a cultura branca se relaciona com esse tema da destruição. Segundo Kopenawa, os brancos não sentem o mesmo medo experimentado pelos indígenas frente a essa iminência do fim do mundo.

Uma chave de leitura que se pode aliar à análise de Kopenawa, quanto a essa ausência de medo, é a noção de negacionismo. O termo vem ganhando fôlego nas últimas décadas – com ênfase em países do hemisfério norte, onde é usado para definir o comportamento de negação a enunciados relacionados não só às crises ambientais, mas ao evolucionismo e a outros temas que causam tensionamento ideológico quando performados nos debates públicos. No contexto brasileiro e latino-americano, o termo ganhou maior evidência na análise dos desdobramentos da pandemia da Covid-19, no que diz respeito à desconfiança quanto à eficácia das vacinas, à idoneidade dos diagnósticos e à gravidade (ou até mesmo à existência) dos efeitos individuais e coletivos da doença de modo geral.

Em sua análise do fenômeno, Alyne Costa (2021) descreve o negacionismo enquanto expressão de uma crise da verdade que caracteriza o contemporâneo e implica não no abandono dos ideais científicos modernos de racionalidade, verificação e neutralidade, mas, pelo contrário, em sua *exacerbação*. Diferente do que uma leitura apressada poderia supor, o negacionismo não reivindica o fim da ciência nos moldes positivistas preconizados pelas epistemologias modernas ocidentais. Tampouco se trata de uma espécie de retorno a um tempo de obscurantismo em que esses aspectos não

³ No posfácio à obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak (2020), Eduardo Viveiros de Castro fala de uma “contra-história” e de uma “contra-antropologia” para descrever o processo protagonizado por pensadores indígenas que tomam como objeto de estudo a cultura dominante do Estado-nação. Segundo Krenak, tal processo pode ser definido como “a história da descoberta do Brasil pelos índios” (2020, p. 75).

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

tenham valor de verdade. Ele se constitui, justamente, pela hipervalorização da ciência nesses moldes.

O sujeito negacionista⁴, portanto, não nega “a ciência”, mas nega aquilo que supõe ser o uso ideológico de (falsos) fatos científicos. Ele acredita na existência de uma ciência que seja estritamente imparcial, neutra, transcendental, que tenha o poder de nos poupar de qualquer engano. Não discute, dessa forma, a existência da verdade, mas crê em uma verdade una – a única “verdade verdadeira” – que seria desvelada justamente pelas prescrições moderno-coloniais da produção de conhecimento. A crise da verdade, se pensada nesses termos, poderia ser então considerada como a crise da própria modernidade colonial enquanto matriz filosófica e epistemológica. Já o negacionismo, ao compor esta conjuntura, sinaliza tanto um aprofundamento deste fenômeno de crise quanto uma espécie de mecanismo de resistência ao mesmo, já que um dos intuitos deste tipo de prática é o de restituir legitimidade à modernidade.

Ao olharmos mais especificamente para o tema das catástrofes planetárias, percebemos como o negacionismo, além dessa suposta função de poupar os sujeitos de um engano, carrega subjacente uma promessa de evitar o desconforto e o mal-estar implicados na constatação daquilo que é negado. Tal constatação, se encarada com sinceridade, pode nos levar à pergunta sobre qual é a participação que cada um de nós faz nesse processo de negação dos colapsos do mundo. O que talvez nos leve a perguntas ainda mais interessantes como: *por que negamos? quais são as verdades que se escondem por trás da negação? ou ainda: seriam elas puramente científicas?*

A busca por conforto na relação com a verdade remete ao tema das *fake news* – que pode ser considerado um acontecimento análogo ao negacionismo. Por tratarem de fatos alarmantes, espalhados através de discursos sensacionalistas, as notícias falsas nesses moldes provocam, em quem as consome, a viva sensação de que o mundo é um

⁴ A autora define uma diferença importante entre os sujeitos que nomeia como “negacionistas profissionais” – aqueles que possuem interesses ideológicos (e na maioria das vezes também econômicos) bem delimitados na produção e disseminação das negações de algumas verdades científicas; os cientistas – que em grande medida produzem verdade orientados por um ideal de neutralidade sem necessariamente aterem-se aos efeitos produzidos quando tais verdades passam a operar no mundo; e os sujeitos “comuns” – ou não cientistas – que situam-se em algum ponto do amplo espectro que se abre nessa espécie de relação polarizada – muitos deles podendo ser caracterizados como negacionistas, mas não negacionistas profissionais por não obterem ganhos diretos com esta prática.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

lugar caótico e violento. O fenômeno, no entanto, se constitui como um aparente paradoxo, já que a disseminação das aterrorizantes manchetes pode ser também confortável, na medida em que se funda a partir de lógicas binárias e fortemente fixadas à noção de bem e de mal.

Ao incentivarem o engano e ao colocarem de maneira equivocada alguns problemas complexos, dão lugar à sensação de que tais problemáticas – na maior parte das vezes relacionadas a temas sensíveis da vida em coletivo – poderiam ser resolvidas mediante soluções relativamente “simples”. É, portanto, um fenômeno que gera o empobrecimento dos debates, reivindicando estratégias simplistas para a solução dos problemas do mundo e produzindo, em alguma medida, uma espécie de estranho conforto. Algumas dessas respostas, intimamente relacionadas à disseminação das notícias falsas, seriam a recorrência às lógicas salvacionistas ou messiânicas; a demonização das diferenças; a simplificação dos debates em categorias polarizadas; a justificação do uso de mais violência com vistas à interrupção ou punição dos supostos crimes, injustiças e malignidades que as notícias denunciam, entre outras.

De qualquer forma, quando colocamos em análise as práticas relacionadas ao negacionismo e às *fake news*, percebemos que o conforto que elas produzem não é perene, mas está sempre sendo posto à prova. Aliado a essa perspectiva, Latour (2020) afirma que mesmo as tentativas mais intensas de negar a catástrofe não podem evitar a sensação de que o chão está faltando sob nossos pés – e por isso a sensação que marca o contemporâneo é justamente a de falta de chão: não sabemos onde aterrar nossas convicções políticas em um mundo marcado por uma crise geopolítica mundial.

O trabalho de Latour se inclui em uma conjuntura maior de estudos transdisciplinares que estabelecem o nome “Antropoceno” para definir este momento que atravessamos, marcado pela presença ostensiva da agência humana nas alterações da geologia terrestre. Seminalmente proposto por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2015), a nomeação se aplica em conexão com os períodos, épocas e eras geológicas estabelecidas ainda no século XIX para definir as fases de um planeta Terra⁵. Quando

⁵ Com o intuito de dar visibilidade ao impacto das atividades humanas sobre o planeta Terra, o termo surge de maneira polêmica no contexto de produção científica, encontrando apenas em tempos mais recentes

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

introduzem o termo no debate acadêmico contemporâneo, tais autorias sugerem que o Antropoceno é o que sucede o Holoceno, período iniciado ao final da Era do Gelo, que compreende a fase de multiplicação do Homo Sapiens pela Terra. Não há consenso ou definição precisa quanto ao início do Antropoceno, sendo este situado em algum momento entre “o advento da revolução industrial e da expansão tecnológica, informática e de consumo, nas décadas de 50 e 60 do século XX” (LAMBERT, 2020, p. 49).

Donna Haraway (2016), outra autoria do norte – não europeia, mas estadunidense –, também reivindica o uso da noção de Antropoceno como chave de análise para a relação entre agentes humanos e não humanos no contemporâneo. Para ela, uma marca especial desse período é a busca obstinada pelo ideal de progresso – que culmina na destruição dos espaços-tempo de *refúgio*: aquilo que é da ordem da brecha, da fissura, do que pode suspender a sensação de sufocamento frente às reações de um planeta atento à sua manutenção e pouco fiel às expectativas humanas de uma permanência, *ad infinitum*, da própria humanidade. A imagem de uma Terra repleta de refugiados sem refúgio denota evidente convergência com a problemática colocada por Latour quanto à falta de chão para aterrar.

Além disso, Haraway nos indica a premência de que procuremos por esses intervalos, valorizando as invenções e reinvenções de mundo que eles podem produzir. Assim, ela evidencia a necessidade de que estabeleçamos uma visão de mundo tentacular e diversa, como a que se ampara nos nomes de Gaia. Aliamo-nos a Haraway para apostar aqui nas narrativas que operam tendo em conta os processos de *ficção*, em conexão com os de *produção da verdade*. Por esse entrelaçamento, esperamos que se entenda aqui a ficção não como um registro prejudicado, que pode vir a produzir falsos entendimentos; pelo contrário, apostamos na ética dessa relação com o intuito de gerar brechas, de tensionar e de multiplicar os caminhos possíveis de uma verdade que outrora almejaria o unívoco. No vínculo profundo entre verdade e ficção, encontramos meios de produzir um tecido ou desenho de conexões que funcionam desde alianças e enodamentos, mais do que pelas lógicas causais, lineares e restritivas que os domínios e

certa inserção nos parâmetros mais gerais da geologia. De fato há um desafio para a sua abordagem, que exige um entendimento de natureza atravessado por condições políticas, econômicas e sociais. É talvez desde essas reverberações que Latour indica, como falamos antes neste texto, uma ecologia política.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

dizeres de um pensamento científico moderno asseveram. Nesse sentido, fazemos voz ao questionamento da autora: *quais são as histórias que produzem histórias? Como tramar ficções potentes para adiar o fim do mundo?*

Além de enfatizar as narrativas para o enfrentamento a um contexto de catástrofes, Haraway se preocupa também em caracterizar quem é esse humano (*Antropos*) do Antropoceno e, para tanto, inclui em sua análise dois outros conceitos que evidenciam seus regimes político e econômico: *Plantationceno* e *Capitaloceno*. A autora delimita, com isso, a figura de um homem que depende da indústria agrária e performa relações econômicas próprias do capitalismo, sendo esses dois fatores a máquina e o sistema que acionam a deterioração dos biomas da Terra. Ao evidenciar a agroindústria e o capitalismo, a autora reitera, portanto, as bases em que se funda a figura do sujeito da modernidade, tomando esse como eixo central na constituição da crise planetária.

Na próxima seção, nos debruçaremos sobre essa crise para pensar suas extensões em uma conjuntura da modernidade, resgatando o lugar da ficção para realçar a necessidade de compreendermos a primeira também enquanto uma crise da colonialidade, em aspectos tanto globais quanto específicos, nos diferentes contextos em que se desenrola.

3 Adiar o fim do mundo; contar histórias

Até este ponto da presente escrita, algumas das autorias que nos ajudaram a pensar sobre a temática das catástrofes, do Antropoceno, do fim do mundo – ou ainda outras possíveis nomações que podemos dar ao campo problemático específico que desejamos colocar em questão – são pensadoras e pensadores que nos falam desde o hemisfério norte – em especial desde a Europa central e os Estados Unidos. Nessas localidades, pessoas acadêmicas e também militantes têm se ocupado dos temas relacionados às crises ambientais e, especialmente, ao campo das mudanças climáticas nas últimas décadas.

Ao atentarem para os riscos de um projeto de modernidade constituído sob ideais de progresso desenfreado e sob a noção de que a Terra é uma fonte passiva e infinita de

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

recursos, inúmeros pensadores e ativistas ressaltam a necessidade de que se inventem outros modos de relação entre humanos e os componentes não humanos que constituem o planeta. Consideram, dessa forma, a intrinsecabilidade das temáticas da política e da natureza – conforme pontuamos nas seções anteriores –, tensionando a abertura de um novo campo problemático e de ação que conjuga áreas de conhecimento e disciplinas que se viam relativamente apartadas. No decorrer de alguns desses argumentos, com frequência encontramos a palavra *invenção*. Ao longo das próximas páginas, procuraremos tensionar: *que invenção é essa? Desde onde parte, para onde mira, quem dela participa e de quais tipos de composição necessita?*

As desigualdades sociais, raciais e de gênero são importantes efeitos da colonialidade na constituição do contexto brasileiro e latino-americano. Tais efeitos, que hierarquizam vidas humanas, subjetivando-as e organizando o tecido social de acordo com regramentos em constante agonística, são o principal campo de análise dos estudos sobre relações humanas na conjuntura de um sul global. Por conta de sua amplitude e gravidade, tais efeitos ocupam uma justificada posição de centralidade nos debates públicos, acadêmicos e militantes, que compõem campos problemáticos em disputa em nosso contexto específico.

Um dos desdobramentos que decorrem de tal situação é uma espécie de marginalização no que tange à discussão sobre os efeitos das relações estipuladas entre humanos e não humanos, implicados diretamente à materialidade e à precarização da vida. A sensação que muitas vezes nos toma é a de que nossos problemas “humanos” – e as violências sociais, raciais, de gênero etc., que decorrem desses processos – são tão graves e constituintes de nossas práticas de vida coletiva que muitas vezes não encontramos energia e tempo para discutir a conexão entre esses modos de viver e a relação com um planeta que, por sua vez, também precisa ser considerado como parte indissociável de tais problemáticas.

Ainda que no contexto brasileiro das últimas décadas, a Ecologia – enquanto campo de estudo da Biologia – venha sendo desenvolvida por obstinados cientistas e difundida também por coletivos e movimentos sociais atentos às questões planetárias e aos abusos humanos que desconsideram os efeitos de sua agência, o que ressaltamos

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

aqui é uma espécie de dificuldade de articulação mais acentuada entre esse campo do conhecimento e as discussões feitas no campo das Ciências Humanas. Apesar de tal constatação, podemos também afirmar que, felizmente, novos movimentos de aproximação têm sido feitos e que na última década vêm tomando fôlego, no contexto brasileiro, discussões mais imbricadas entre política e natureza. Tal processo se relaciona com diversos fatores e, entre eles, identificamos a inserção mais intensa, nos contextos acadêmicos e em outros debates públicos, das cosmopolíticas relacionadas ao perspectivismo ameríndio. Agenciamentos e encontros inéditos passam a compor e ampliar os campos problemáticos e de produção de conhecimento – e novos protagonismos envolvendo as perspectivas e modos de vida dos povos originários, mesmo que ainda incipientes, são um importante catalisador desse processo.

Interessante ressaltar que esse aumento da inserção das perspectivas ameríndias nas discussões acadêmicas mostra um efeito concreto das políticas afirmativas que ampliaram o acesso de indígenas e negros às universidades brasileiras na última década. É possível pontuar que tais políticas não produziram apenas uma maior multiplicidade dos corpos discentes e docentes nessas instituições de ensino, mas vêm também promovendo mudanças nos modos de produção de conhecimento. Isso se dá através de novos tensionamentos ao projeto de modernidade, que partem de outras interseccionalidades – que não a do sujeito branco, de classe média ou alta, urbano e masculino, a partir do qual hegemonicamente se constroem a maioria das perspectivas acadêmicas. Mesmo que ainda existam significativas restrições de acesso e permanência nos espaços formativos de ensino superior, em especial no que tange às desigualdades raciais e sociais, são perceptíveis as mudanças de um processo em construção.

Para colocar em análise esses efeitos e as disputas epistêmicas atualizadas nessa conjuntura específica, é necessário compreender que a produção de saber técnico-científico é sempre perspectivada. Não há produção de conhecimento neutra ou imparcial, pois saberes são sempre localizados (HARAWAY, 1995) e produzidos por sujeitos que ocupam e falam a partir de posições específicas, sustentadas por jogos de verdade e relações de poder também específicos (FOUCAULT, 1995). Apesar da pretensão transcendental que marca um certo ideal moderno de objetividade, é possível

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

afirmar ainda que as produções teóricas, filosóficas e técnico-científicas sempre estão, portanto, atreladas a uma cosmovisão – ou visão de mundo – o que impossibilita o estabelecimento de qualquer saber universal.

Somando forças a esse tensionamento do sujeito/conhecimento universal, Stengers (2018) propõe a noção de cosmopolítica, evidenciando que as produções epistêmicas não estão imbricadas somente a determinados modos de ver o mundo, mas também, a determinados modos de produzir relações com/nesse mundo ou então de *politizar(-se)*. Quando pontuamos a existência de cosmopolíticas ameríndias, por exemplo, afirmamos que existe, necessariamente, uma relação agonística entre estas e as cosmopolíticas ocidentais modernas – ou mesmo entre estas e outras cosmopolíticas, situadas em outras localizações que não o pensamento e as práticas indígenas.

Em *Metafísicas Canibais* (CASTRO, 2018), Eduardo Viveiros de Castro trabalha a partir desse encontro, referindo as vertentes de um pensamento ameríndio para situar a diferença ontológica enquanto algo que se constitui não apenas pela diferença entre um e outro objetos de estudo *em si*, mas também pela diferença de um *lugar de perspectiva*. No ensejo de descentralizar a epistemologia dos regimes de produção de saberes antropológicos ocidentais, o autor nos propõe uma virada ontológica, através do que define como um multinaturalismo amazônico. Essa noção toma ao avesso um multiculturalismo antropológico ao afirmar “não [...] uma variedade de naturezas, mas a naturalidade da variação, a variação como natureza” (CASTRO, 2018, p. 69, grifo do autor). Por tais vias, de maneira muito próxima ao argumento de Stengers a respeito da cosmopolítica, se transversalizam e multiplicam não apenas os objetos passíveis de um estudo, mas também as maneiras de ver, tanto quanto os métodos de produzir e transmitir esse estudo.

Os movimentos de diferenciação e multiplicidade que a noção de cosmopolítica e também um perspectivismo ensejam são importantes, ainda, para a compreensão da noção de comum: *comum* é aquilo que só se constitui a partir da composição entre diferentes: não se produz comum entre sujeitos ou epistemologias “iguais”. Por não se tratar de um conceito “pacificado”, a concepção de comum implica ainda na dimensão do conflito como parte produtora dessa constituição. Resta a questão sobre as

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

possibilidades – ou impossibilidades – de composição entre essas diferentes cosmopolíticas, que podem ser, a um só tempo, concorrentes e/ou complementares.

Ressaltamos anteriormente o movimento de inserção do pensamento ameríndio nas universidades e em outros campos de discussão como um dos processos que denotam a atualização das disputas epistêmicas em curso no contexto brasileiro. É necessário pontuar, no entanto, que as perspectivas indígenas – ou amefricanas⁶, se considerarmos também as cosmopolíticas negras – estão em relação de disputa frente aos pontos de vista hegemônicos da modernidade/branquitude desde que se estabeleceram as relações de colonialidade que fundam um projeto de Brasil. Nesses embates, é possível afirmar que tais visões de mundo e modos de politizar-se vêm garantindo a sobrevivência dos corpos e identidades minoritárias desde o início da empreitada moderno-colonial, o que demonstra a força e a potência de enfrentamento de tais cosmopolíticas.

Com relação a esse aspecto vale ressaltar a existência dos quilombos, movimentos de âmbito social e político iniciados no período colonial, que se constituem como um marco na capacidade de resistência e organização do povo negro escravizado no Brasil, conforme nos afirma Beatriz Nascimento (1985). Palmares, um dos primeiros quilombos brasileiros, criado no século XVI, pode ser identificado enquanto o primeiro estado livre (não reconhecido) das Américas. Essa modalidade de organização não reunia apenas pessoas negras escravizadas que logravam escapar de seus algozes, mas também indígenas e brancos pobres (SOUZA; DAMICO; 2022), organizados a partir de matrizes políticas e de pensamento centrados na África e não na Europa. Conforme a autora ressalta, por conta da potência de liberdade que representa, no século XIX, o quilombo passou a ser não só uma modalidade de instituição em si, mas um símbolo de resistência,

⁶ Adotamos aqui a categoria político-cultural de Amefricanidade proposta pela intelectual brasileira Lélia Gonzalez (1988) para definir a formação histórico-cultural do Brasil. Ao ressaltar que as formações inconscientes do continente que habitamos não são exclusivamente brancas/europeias, a autora propõe um jogo de alteração do nome “América”, a fim de ressaltar a participação africana nessas produções. Em um só tempo, questiona também a latinidade com que se costuma definir a América Latina, que passa a ser chamada de *América Ladina*, fazendo referência também às características de esperteza e agudeza de espírito que marcam os modos de resistência às dominações coloniais que se configuram aqui. Para a autora, todos os brasileiros são ladino amefricanos (não apenas os pretos e pardos) e a denegação da amefricanidade produz o que define como “racismo à brasileira”, baseado, entre outras construções, no mito da democracia racial.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

que representa a possibilidade de uma organização concretamente livre e paralela ao poder dominante (NASCIMENTO, 1985).

Retornando ao tema do fim do mundo, destacamos que indígenas e africanos que tiveram suas terras invadidas e colonizadas – bem como seus corpos escravizados pelo abuso do europeu colonizador – encaram o fim de seus mundos há mais de cinco séculos (KRENAK, 2020; LATOUR, 2020). Desde o início do projeto colonial (e aqui reforçamos mais uma vez a relação intrínseca entre colonialidade, racialização e modernidade), esses povos *inventam* estratégias para a manutenção de seus corpos e cosmopolíticas sobre a Terra. Dessa forma, é possível afirmar que projetos e modos de socialização em tensionamento com os da modernidade/branquitude, vividos como alternativas à dominação da natureza – e de determinados sujeitos, não brancos – estão sendo construídos e vividos nos últimos 500 anos. E é a partir de tal constatação que tensionamos, portanto, a ênfase dada à necessidade de *invenção* de novas ficções e narrativas, conforme trazida pelas autorias que nos falam desde o norte global e que tomamos como interlocutores na presente escrita.

Concordamos com a necessidade de transformação das condições e relações que nos trouxeram até a iminência de uma catástrofe planetária; concordamos, ainda, com a potência da *inventividade* imprescindível a esses processos em disputa cujo objetivo é a construção de novas saídas frente a uma conjuntura que aponta para a interrupção das condições que propiciam a manutenção da vida em sua forma humana; apenas ressaltamos, no entanto, que qualquer proposta de invenção construída a partir de um norte global, sem que se reconheça radicalmente e se articule a outros modos de produção de conhecimento, constituídos a partir de outras localizações e interseccionalidades, corre o risco de seguir os rastros de uma relação colonial.

Parece-nos urgente problematizar a centralidade que ainda é evocada na figura do sujeito branco, ocidental e eurocentrado quando estão em jogo as tentativas de transformar determinadas conjunturas políticas. Por conta disso, nos parece tão caro evidenciar que o tema do fim do mundo não é necessariamente “novo”, se considerarmos outras perspectivas que não as dominantes, da branquitude. Enfatizamos, por fim, que talvez a principal pista a nos apontar para a construção de saídas às misérias

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

do contemporâneo seja uma ênfase não tanto na invenção de um novo projeto concorrente ao da modernidade, mas sim no aprimoramento das possibilidades de *composição* entre diferentes cosmovisões que habitam e encaram a problemática do fim do mundo.

Nesse sentido, nos parece justo com a constituição de uma relação de multiplicidade entre essas cosmopolíticas, que confirmamos um caráter inventivo como associado não a uma ou outra dessas perspectivas, em si e isoladamente, mas sim aos encontros possíveis entre elas. Pensando com os termos que usamos anteriormente neste texto, talvez nessas possibilidades estejam as brechas que podem suspender a sensação de catástrofe e também os efeitos materiais e de precarização da vida que com ela se relacionam; brechas que só são encontradas mediante o movimento de descentralização de determinadas narrativas e sujeitos, que produzem relações de poder assimétricas e posições cristalizadas de visibilidade/invisibilidade.

Os desafios atrelados à constituição de *comum* em um campo de produção de conhecimento e de produção política se referem à importância de estipular uma *ética ficcional* que faça jus a esse movimento de composição. Uma construção que busque não a univocidade de determinadas narrativas e perspectivas, mas que se coloque atenta à possibilidade de desvios que estas poderão mostrar. Aqui, a proposta de Le Guin (2021) nos é preciosa, pois convoca a pensar a ficção não como uma lança que cinde, determina ou vence uma disputa, mas mais como um receptáculo cujo funcionamento *reúne* perspectivas, narrativas e dizeres.

A autora descreve o que chama de narrativa do Herói, em torno da qual se funda um ideal de civilização sustentado pela dominação. Essa narrativa está atrelada às ferramentas e artefatos usados para cortar, perfurar, rasgar, danificar e, por fim, matar: a espada, a lança, a adaga, a flecha (e ainda o fuzil, a pistola, a arma nuclear). Nesse tipo de história, é visível a hierarquia que coloca a figura heroica acima de todos os outros (humanos, mas, também não humanos) que padecem de sua ação. Ao denunciar essa centralidade, Le Guin retoma a proposta de Fisher (1979) e defende a noção de ficção como uma *bolsa*, ou *cesto*. Um receptáculo que traz em si a possibilidade de agregar elementos diversos – ainda que, a uma primeira mirada, possa parecer que as diferenças

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

que compõem tais elementos tornariam impossível vê-los reunidos. Reivindica, assim, modos de narrar que diferem daqueles hegemônicos da branquitude e da modernidade que, ao diferenciar povos, perspectivas e sujeitos, têm como objetivo a categorização e a defesa da impossibilidade de encontros horizontais entre tais diferenças – quando não a aniquilação daquelas partes que não são os supostos heróis e seus artefatos. Ressaltamos um trecho da autora que entendemos estar em íntima sintonia com a proposta da presente escrita:

É a história que faz a diferença. É a história que escondeu minha humanidade de mim, a história que os caçadores de mamutes contavam do Herói, sobre atacar, empurrar, estuprar, matar. A maravilhosa, venenosa história do Botulismo. A história do assassino. Algumas vezes parece que essa história está se aproximando de seu fim. E antes que não se conte mais nenhuma história, alguns de nós aqui, na colheita dos cereais em campos de milho alheios achamos que é melhor começar a contar outra história, com a qual, talvez, as pessoas possam seguir quando a antiga acabar. Talvez. O problema é que todas nós nos deixamos fazer parte da história do assassino e, por isso, podemos acabar junto com ela. Desta maneira, é com certo sentimento de urgência que procuro a natureza, o tema, as palavras da outra história, a que não foi contada, a história vital. Ela é estranha, não vem fácil, não vem aos lábios sem esforço como a história do assassino; ainda assim, é exagerado dizer que ela nunca foi contada. As pessoas têm contado a história vital há muito tempo, de todas as maneiras e com diversos tipos de palavras. (LE GUIN, 2021, p. 3-4)

Para que seja possível produzir narrativas que operem a função de cestos, é preciso, ainda, reconhecer os elementos que poderão compor esse recipiente. Tal constatação nos leva à importância de conceituar a noção de branquitude e atribuir racialização aos sujeitos brancos, pois só assim será possível retirá-la dos lugares de neutralidade e universalidade, os quais o projeto de modernidade fê-la crer que seriam seus por direito. Corroboramos a noção de branquitude trazida por Lia Schucman (2014), que refere a existência de um grupo de sujeitos que, desde o colonialismo até a contemporaneidade, são sistematicamente privilegiados no acesso a recursos materiais e simbólicos, por conta de estruturas de poder baseadas na categoria de raça e sobre as quais as desigualdades raciais se ancoram. Essa definição articula diferentes categorias

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

sociológicas e não se estabelece por posições genéticas, mas por posições sociais que os sujeitos ocupam.

Tais posições, muitas vezes, independem do olhar crítico que alguns sujeitos brancos podem ter com relação a determinadas dinâmicas: é possível ser branco e crítico à branquitude sem que isso acarrete na perda das posições de privilégio que diferenciam brancos de não brancos em nosso contexto social. Nesse sentido, ressaltamos a importância de que se intensifique o movimento de “nomear a norma”, conforme nos propõe Jota Mombaça:

a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio. A não-marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho. Em oposição a isso, "o outro" – diagrama de imagens de alteridade que conformam as margens dos projetos identitários dos "sujeitos normais" – é hipermercado, incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto. (MOMBAÇA, 2021, p. 75)

Como extensão ao que afirma Lélia Gonzalez (1988) sobre o papel da negação de nossa amefricanidade no que concerne à produção de um “racismo à brasileira”, podemos afirmar ainda que a negação da *identidade branca* também compõe fortemente esse cenário, que em última instância evoca a extremamente equivocada suposição de que “não há racismo no Brasil”. Se lembrarmos também da discussão sobre o negacionismo da ciência, feita no início deste texto, encontramos pistas que nos apontam que a negação – em seus diferentes aspectos – é uma manobra narrativa e um modo de relação com a verdade muito próprio da modernidade, que parece se fundar sobre negações múltiplas. Nesse sentido, nos parece que racializar o branco, retirando-lhe da posição de sujeito universal, é um movimento intimamente ligado àquele de assumir a derrota de um projeto político, epistêmico e narrativo de modernidade.

A constituição do comum implica em descentralizar e des-hierarquizar a figura hegemônica do sujeito moderno, mas tal proposta não implica, no entanto, em um

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

processo de indiferenciação: diferentes perspectivas provocam diferentes contribuições para com esse comum. Ao estipular a figura da *outsider within*⁷, a pensadora feminista estadunidense Patricia Hill Collins descreve o uso criativo que mulheres negras fazem de uma imposta posição de marginalidade para produzir conhecimento sobre gênero, raça e classe – e, portanto, sobre importantes chaves de compreensão das dinâmicas sociais em sua ampla extensão.

Será que uma reflexão semelhante não poderia se aplicar à figura do indígena amazônico que se propõe a narrar as políticas modernas de dispêndio da natureza – o qual, ao mesmo tempo em que é um “forasteiro” nos meios onde forjam-se tais matrizes de pensamento, tem seu modo de vida afetado de maneira assustadoramente direta por essa mesma lógica? O que marca as diferentes posições e, portanto, as perspectivas desde onde produzem discurso, o indígena amazônico e o acadêmico europeu urbano, por exemplo? O que podem (se é que podem) estas figuras constituir no campo do comum?

4 Compor a invenção

Reforçamos aqui a ênfase, portanto, em uma invenção que não se supõe *ex nihilo*, mas cujas repercussões *aparecem* à percepção que está atenta às ressonâncias e consonâncias entre certos discursos. Nesse sentido, insistimos nos termos de uma composição também porque entendemos que essa lógica, em contraponto à da ruptura ou da sucessão, multiplica os vetores de uma relação, propiciando o entendimento da temporalidade de uma maneira avessa àquela unidirecional que o pensamento moderno supõe quando examina, por exemplo, os movimentos de uma história.

⁷ Para caracterizar a posição de *outsider within*, a autora parte da figura da trabalhadora doméstica negra e do lugar de onde ela participa das dinâmicas domésticas da branquitude. Ali, ela é uma espécie de “forasteira”, já que não compartilha daqueles círculos do mesmo modo como os sujeitos brancos. Ao mesmo tempo, sua presença nos domicílios brancos permite uma proximidade extremamente intensa com esses modos de socialização. Essa posição, que se assemelha a de uma “estrangeira de dentro” permite que essas mulheres produzam conhecimentos específicos/localizados (sobre os brancos e sobre a sociedade em geral) que não poderiam ser produzidos a partir de qualquer outra posição ou localização.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

Aqui, talvez, seja propício lembrarmos os apontamentos que Walter Benjamin apresenta em suas teses sobre o conceito de história (1987); principalmente, aqueles que referem o caráter *seletivo* do contar de uma história, que o autor associou a um jogo de predominância ou dominação onde, conforme vemos em sua sétima proposição, prevalecem as perspectivas e os fatos convenientes àquele que vence. Numa aparente tentativa de convocar uma reação a essa dominação epistemológica, o texto indaga: “não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram?” (BENJAMIN, 1987, p. 223).

Através de um mesmo movimento pelo qual critica essa lógica, para isso colocando também em análise as lógicas do materialismo histórico, Benjamin parece reforçar o jogo que ela implica. Dizemos isso para sinalizar uma maneira de pensar que, mesmo que queira tornar fluidas suas posições, ainda faz persistir uma estrutura epistêmica colonial que estabelece, no prisma de sua análise, lugares de vencedor ou perdedor. Olhando ainda para a colocação de Benjamin, indagamos: e se associarmos a problemática de sua crítica menos à dissimetria de níveis entre um vencedor e um perdedor, e mais à própria sistemática em que ela se funda? Nesse ensejo, poderíamos conceber maneiras de comunicação e organização que não assumam o jogo de dominação ou prevalência como principal norteador ou balizador?

Nesse sentido, aqui apontamos para dizeres que podem estar “emudecidos”, mas apenas em função de uma limitação colocada à escuta do homem branco – e não em função de qualquer precariedade ou prejuízo desses dizeres. De fato, sabemos que há saberes e dizeres que estão aí – e muito vivos ainda pelo seu próprio fazer, como nos faz ver Kopenawa:

Os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções e nossas palavras são antigas e muitas. Elas vêm de nossos antepassados. Porém, não precisamos, como os brancos, de peles de imagens para impedi-las de fugir da nossa mente. Não temos de desenhá-las, como eles fazem com as suas. Nem por isso elas irão desaparecer, pois ficam gravadas dentro de nós. Por isso nossa memória é longa e forte. O mesmo ocorre com as palavras dos espíritos *xapiri*, que também são muito antigas. Mas voltam

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

a ser novas sempre que eles vêm de novo dançar para um jovem xamã, e assim tem sido há muito tempo, sem fim. (KOPENAWA, 2015, p. 75, grifo dos autores)

Tais dizeres nos levam a refletir sobre um modo moderno de produzir histórias cujo funcionamento se funda em lógicas lineares de ruptura ou de sobreposição. Tal funcionamento ocasiona concepções hierarquizadas – que entendem, por exemplo, tempos como “passado” e “futuro” como entidades imutáveis. À maneira de pensar dos Yanomami, a existência destes tempos se sustenta não apenas a partir de algo que fica gravado, mas também por uma constante atualização, nos fazeres e na transmissão desses registros.

Buscando ainda alianças para indagar as linearidades de um pensamento histórico moderno e colonial, poderíamos referir o argumento de Muniz Sodré (2017), quando evoca o aforismo popular nagô “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje” para pensar sobre uma temporalidade vinculada a essa entidade. Associando Exu aos funcionamentos do encontro, da comunicação e do acontecimento, o autor nos traz o provérbio para falar de uma temporalidade que se *inventa* justamente a partir da possibilidade de ver passado, presente e futuro enquanto instâncias interdependentes. Ou seja: à revelia de uma maneira moderna de entender o passado enquanto tempo acabado – cujos escombros restariam reunir através de uma narrativa sobre o que já aconteceu – na lógica dessa entidade o passado coexiste e se produz *junto* com o presente, em um mesmo processo. Nesse sentido, o aforismo em questão não propõe uma figura de linguagem ou uma abstração poética debruçada sobre os fatalismos de um acontecimento já consumado; pelo contrário, ele quer afirmar uma perspectiva ontológica sobre os processos do tempo:

o enunciado do provérbio só é concebível se o *presente* ou o *agora* funda o tempo (*temporaliza*) por meio da ação / acontecimento (a pedrada mitológica) e assim pode coexistir com o passado – pode tornar simultâneo o que não é contemporâneo. Com Exu, não há começo nem fim, porque tudo é processo e, ao se constituir, cada realidade afeta outra para além do espaço-tempo. Em termos cíclicos ou solares, o

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

nascente coexiste com o poente por causa da força do *agora*. (MUNIZ SODRÉ, 2017, p. 223, grifo do autor)

Mais além, conclui:

No provérbio/aforismo, Exu está apontando para a inconsistência da irreversibilidade absoluta: o pássaro está em outra perspectiva ou em outro ponto de fuga temporal para que se perceba como a origem é a série infinita dos acontecimentos iniciáticos, onde tudo, absolutamente tudo, é reversível. (MUNIZ SODRÉ, 2017, p. 226)

Novamente, vemos aqui um contraponto à lógica que organiza os fatos de um passado através de períodos bem estabelecidos, separados por uma lógica serial cujas mutações se sustentam por rupturas, mais ou menos divisíveis, que desde um presente supostamente inequívoco marcam e sistematizam etapas de uma evolução. À revelia dessa lógica, que aqui percebemos novamente convergir para as bases de uma modernidade, os contragolpes sincopados de uma encruzilhada – que Simas e Rufino (2018) nos ajudam a ver como associada a Exu – coloca a *conjunção* como condição para a construção dos acontecimentos de um passado no presente. Tais argumentos nos parecem fundamentais para a ênfase que queremos dar, neste texto, para a composição como elemento necessário de uma invenção.

A proposta parece ensejar a que vislumbremos (re)invenções mesmo à História, que aqui se escreve com um H maiúsculo para delimitar as instituições historiográficas mais atentas às sistematizações e formalizações definitivas do passado. Ainda que não explicitamente inspirados pela ética de Exu, essa parece ser a direção a que apontam autorias como Walter Mignolo (2017) – que propõe percebermos modernidade e colonialidade como processos indissociáveis – e Paul Gilroy – que por vias próximas sustenta um conceito de modernidade necessariamente atinente às revoltas de povos escravizados e suas conexões com posteriores “movimentos sociais de um tipo anticolonial e decididamente anticapitalista” (2012, p. 106). Por uma proposta muito atenta aos processos do presente, esses e outros exemplos retomam uma história moderna procurando ver, nos interstícios dos acontecimentos hegemonicamente

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

consolidados como “históricos”, outros que podem ressignificar e reinventar os termos constituintes dessa própria história.

5 Considerações finais

A partir do tema da iminência de um fim de mundo como o conhecemos, evocamos a constituição de comum como estratégia de enfrentamento às misérias de um contemporâneo marcado por crises ambientais e geopolíticas. Como via para essas composições, ressaltamos a intrinsecabilidade da relação entre política e natureza e a necessidade de que se evidenciem os diferentes movimentos de negação que parecem produzir um modo de relação com a verdade muito próprio do pensamento moderno-colonial: desde a negação da ciência, das mudanças climáticas e do racismo até a negação da própria identidade branca ocidental – tida como norma universal desse paradigma, mas que recusa a se auto nomear.

Para evidenciar tais processos, defendemos a necessidade de estipular uma ética ficcional que seja capaz de destituir as posições de centralidade ocupadas por determinadas lógicas e sujeitos, produzidas a partir de jogos de poder e verdade que sustentam relações hierárquicas e violentas. Além de produzir jogos de visibilidade/invisibilidade assimétricos no que diz respeito aos modos de produção de conhecimento, tais hierarquias implicam em diferenças concretas no que tange à precarização da vida para os sujeitos situados em determinadas interseccionalidades.

Tomando emprestada de Le Guin (2021) a noção de ficção como cesto, assumimos uma ética ficcional que abdica da figura central do herói (que podemos facilmente associar à imagem dominadora do colonizador) e que considera a multiplicidade das perspectivas que compõem as diferentes disputas epistêmicas contemporâneas. Para tanto, evocamos algumas das perspectivas ameríndias e amefricanas, buscando evidenciar suas potências de luta e a relação agonística que elas estabelecem com os ideais fundantes de um projeto de modernidade.

Através de processos de ficcionalização múltiplos e da nomeação do que é negado, reforçamos a importância dos movimentos identitários para se chegar nessa

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

composição de comum (SOUZA; DAMICO; DAVID, 2020): é preciso apurar as possibilidades de nomear nossas diferenças – as diferentes interseccionalidades, as identidades minoritárias, a própria branquitude – para poder construir meios potentes de enfrentamento ao fim do mundo.

Referências

ANGELI, Maria Eduarda; BERNARDES, Gabriela. Chuvas na Bahia e em Minas causam 12 mortes e deixam mais de 9 mil desabrigados. **Correio Brasiliense**, [s. l.], 14 dez. 2021. Enchentes. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2021/12/4970601-12-mortos-nas-chuvas-na-bahia-e-em-minas.html>. Acesso em: 30 out. 2022.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: OBRAS ESCOLHIDAS: vol. 1. magia e técnica, arte e política. ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232.

BOHRER, Larissa. Governo Bolsonaro bate próprio recorde e libera uso de 550 novos agrotóxicos em 2021. **Brasil de Fato**, [s. l.], 12 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/12/governo-bolsonaro-bate-proprio-recorde-e-libera-uso-de-550-novos-agrotoxicos-em-2021>. Acesso em: 30 out. 2022.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

COSTA, Alyne. Negacionistas são os outros. **Piseagrama**, [s. l.], v. 15, p. 64-73, 2021.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. O antropoceno. **PISEAGRAMA**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://piseagrama.org/o-antropoceno/>. Acesso em: 11 out. 2022.

DANTAS, Carolina. Relatório que mostra alta de 22% no desmate tem data anterior a COP26; ONGs apontam escândalo e omissão. **G1 - Portal de Notícias**, [s. l.], 18 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/11/18/relatorio-que-mostra-alta-de-22percent-no-desmate-tem-data-anterior-a-cop26-ongs-apontam-escandalo-e-omissao.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2022.

ESPECIALISTAS ALERTAM PARA SECA HISTÓRICA NO PANTANAL. **Portal da Câmara dos Deputados**, [s. l.], 15 jul. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/786400-especialistas-alertam-para-seca-historica-no-pantanal/>. Acesso em: 30 out. 2022.

FISHER, Elizabeth. **Woman's creation: sexual evolution and the shaping of society**. 1st ed. Garden City, N.Y: Anchor Press, 1979.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e de hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GALVANI, Giovanna; CANDAL, Ludmila. “Seca do Rio Grande do Sul é a maior dos últimos 70 anos”, diz agrometeorologista. **CNN Brasil**, [s. l.], 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/seca-do-rio-grande-do-sul-e-a-maior-dos-ultimos-70-anos-diz-agrometeorologista/>. Acesso em: 30 out. 2022.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, [s. l.], v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna Jeanne. **Staying with the trouble: making kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016. (Experimental futures: technological lives, scientific arts, anthropological voices).

KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAMBERT, Leandra. “O tempo do qual a terra nos olha”: de refúgios, artes, narrativas e tecnologias no mundo sublunar. **Metamorfose**, [s. l.], v. 4, n. 4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/metamorfose/article/view/34439>. Acesso em: 31 out. 2022.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno: volume 1**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. **Políticas de natureza: como associar as ciências a democracia**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LE GUIN, Ursula. **A teoria da bolsa de ficção**. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

LOVELOCK, James E.; MARGULIS, Lynn. Atmospheric homeostasis by and for the biosphere: the gaia hypothesis. **Tellus**, [s. l.], v. 26, n. 1-2, p. 2-10, 1974.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de Quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, [s. l.], v. 6-7, p. 41-49, 1985.

RODRIGUES, Larissa. Bolsonaro prioriza ameaça aos povos indígenas com projeto que libera mineração. **Folha de S.Paulo**, [s. l.], 2 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/bolsonaro-prioriza-ameaca-aos-povos-indigenas-com-projeto-que-libera-mineracao.shtml>. Acesso em: 30 out. 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 26, p. 83-94, 2014.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. Encruzilhadas. In: FOGO no mato: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SOUZA, Tadeu de Paula; DAMICO, Jose Geraldo; DAVID, Emiliano de Camargo. Paradoxos das políticas identitárias: (des)racialização como estratégia quilombista do comum. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, [s. l.], v. 42, n. 3, e56465, 2020. STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s. l.], n. 69, p. 442-464, 2018. Acesso em: 30 out. 2022.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Contribuições de autoria

Lúcia Karam Tietboehl: conceituação; investigação; metodologia; escrita – rascunho original; escrita – análise e edição.

Léo Karam Tietboehl: conceituação; investigação; metodologia; escrita – análise e edição.

Tramar histórias para adiar o fim do mundo: estratégias do comum para nomear, descentralizar e perspectivar a modernidade

Lúcia Karam Tietboehl, Léo Karam Tietboehl

Recebido em: 31/10/2022

Aprovado em: 06/06/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

PerCursos

Volume 24 - Ano 2023

revistapercursos.faed@udesc.br